

SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: A NOVA TENDÊNCIA DO MERCADO INTERNACIONAL

Ana Carolina Ribeiro COSTA (1); André Beckman PEREIRA (2); Gerda Lúcia Pinheiro CAMELO (3)

(1) Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN. E-mail: carolr.costa@yahoo.com.br. Alameda das Mansões, 3693 Bairro Latino, 11-304 Candelária, Natal-RN

(2) Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN e Direito – UFRN. E-mail: beckmaaaan@yahoo.com.br

(3) Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN. E-mail: gerda@cefetrn.br

RESUMO

Atualmente, o termo desenvolvimento sustentável tem sido utilizado com frequência no tocante às relações internacionais, representando um diferencial para empresas exportadoras. Nesse novo cenário, em que se destacam corporações ecologicamente corretas, diversas empresas têm buscado novos modelos de gestão que estejam alinhados com os princípios do desenvolvimento sustentável. Representando um reconhecimento desse diferencial das empresas, programas como o ISO 14001 fornecem auxílio às Organizações no processo de iniciar, aprimorar e sustentar o Sistema de Gestão Ambiental. Tais sistemas são essenciais para assegurar, de forma corrente, a conformidade com os requerimentos nacionais e/ou internacionais. Diante do exposto, o presente estudo foi desenvolvido com base em coleta de dados primários e secundários, obtidos através de pesquisas bibliográficas e de estudos de caso com empresas exportadoras do segmento fruticultor do estado do RN. Dessa maneira, analisa essa nova tendência do mercado global, tendo como objetivo expor como empresas sustentáveis ganham mais competitividade no mercado internacional, expondo a realidade desses exportadores no tocante às exigências, cada vez mais frequentes, dos compradores internacionais. Da fase inicial da pesquisa até o presente, percebe-se, nos casos analisados, que investimentos que visem a sustentabilidade da empresa e de sua produção são cada vez mais rentáveis a longo prazo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental, Competitividade, Mercado Internacional.

1 INTRODUÇÃO

O novo século traz importantes desafios aos sistemas de produção. Os antigos padrões industriais vêm sendo globalmente substituídos por um novo comportamento, baseado em um conceito sustentável de desenvolvimento, que prioriza a qualidade do meio ambiente aliada ao fator econômico e social. Hoje, a sustentabilidade tem se tornado uma palavra de ordem em vários fóruns e diferentes contextos, e parece ser uma bandeira sob a qual muitas agências, corporações e instituições multinacionais pretendem já estar operando ou tentando observar.

O conhecimento de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo. Porém, isso não quer dizer que, como resultado de uma gestão sustentável, o crescimento econômico deva ser totalmente abandonado. Admitindo-se que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, gerenciar sustentavelmente uma empresa significa qualificar seu crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico da região com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Produção Sustentável e Direito Ambiental, o consumidor vem optando cada vez mais por produtos ambientalmente corretos e eficientes e, cada vez mais, as Organizações sentem a vantagem ao adotar e promover tecnologias para obter estes produtos. Assim, as preocupações com as questões ambientais passam a ocupar espaço prioritário para o sucesso do desenvolvimento das empresas.

Poder divulgar a ecoeficiência é sinônimo de evolução industrial e a melhor garantia que uma empresa pode ter para conquistar um lugar de destaque no mercado interno e externo. Na realidade do Rio Grande do Norte, diversas são as empresas que investem em programas de qualidade ambiental e em práticas sustentáveis, principalmente aquelas direcionadas para o mercado internacional. Assim, tais empresas ganham mais notoriedade, obtendo maior relevância em termos de mercados consumidores no exterior. Tal fato também influencia a conquista de selos de reconhecimento internacional de qualidade e sustentabilidade do produto e da produção respectivamente.

2 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL

Segundo CAVALCANTI (2003), uma empresa relaciona-se com o meio ambiente causando impactos de diferentes tipos e intensidades. Dessa maneira, empresas ambientalmente responsáveis devem agir visando a manutenção e melhoria das condições ambientais, minimizando ações próprias potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminando em outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos nesse sentido.

Nos primórdios do ambientalismo empresarial, o principal obstáculo ao engajamento do empresariado na ecoeficiência residia na concepção dominante de que a proteção ambiental e o lucro eram adversários naturais. Supunha-se que o mais adequado gerenciamento ambiental nas empresas, além de reduzir lucros, obrigaria estas a repassar os custos aos consumidores, via aumento de preços. Além disso, o custo da tecnologia ambiental era alto em virtude de não estar nem tão disponível, nem tão aperfeiçoada como hoje.

Com o passar dos anos, entretanto, tornou-se claro que as tecnologias ambientais possuíam um potencial inverso, ou seja, reduziam custos através de uma melhor racionalização dos processos produtivos, particularmente no uso de insumos e com relação ao desperdício. Dessa forma, este movimento representou a primeira mudança cultural de importância no pensamento empresarial quanto às questões ambientais. Desde então, tal modelo vem evoluindo, expandindo-se e adaptando-se cada vez mais à nossa realidade e demandas atuais.

O desenvolvimento sustentável de uma região requer também a seleção de sistemas de produção que atendem para condições ambientais diversificadas, e conseqüentemente, a escolha de tecnologias adequadas a cada um desses sistemas nesses ambientes.

Através da proposição de princípios, de diretrizes e de mecanismos de estruturação, controle e tomada de decisões gerenciais, os Sistemas de Gestão Ambiental promovem o uso, a proteção, a conservação e o monitoramento de recursos naturais e sócio-econômicos do espaço rural, tendo sempre em foco as vertentes ecológicas, econômicas e sociais nessas atividades.

Nesse contexto, processos que fomentem a Gestão Ambiental do Espaço Agrário tornam-se fortes aliados à implantação correta desses sistemas, uma vez que fornecem um conjunto de atividades de planificação, de prática e de controle do espaço rural que define a política ambiental local, seus objetivos e responsabilidades culminando com a produtividade desejada pelo produtor aliada a minimização de impactos ambientais negativos.

3 AÇÕES BASEADAS NOS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo dados do SEBRAE (2004), foi a partir da década de 80 que houve um gradativo incremento na demanda por sustentabilidade da agricultura, fomentado pelos movimentos ambientalistas pela preservação dos recursos naturais, pela demanda de produção de produtos saudáveis e ambientalmente corretos.

A globalização de mercados, instaurada a partir da década passada, aliada às correntes e demandas de uma população mundial cada vez mais conscientizada e ativa na busca de seus direitos, culminaram na necessidade de um indicador com identidade visual própria, reconhecido a nível internacional, que assegurasse a produção dentro das demandas das “boas práticas agrícolas de controle”, exigidas pela sociedade. Aliam-se a elas os selos de certificação de qualidade de produto e de ambiente e os sistemas de gestão ambiental.

Segundo pesquisadores da EMBRAPA, o Brasil pode possuir um imenso patrimônio genético e o maior manancial de água doce do planeta, mas não um programa de Gestão Ambiental bem fundamentado e de políticas públicas para proteger estas riquezas.

3.1 A Política Nacional De Meio Ambiente

No Brasil, a política nacional ambiental foi fixada de forma plena, pela primeira vez, em 1981, pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que definiu os princípios e os objetivos, estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente, bem como um conjunto de instrumentos de gestão a serem aplicados e que atualmente se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento e aplicação (Brasil 1981).

Essa importante lei institucionalizou o atual Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e integrou os esforços de todas as esferas de governo envolvidos com a questão ambiental, cumprindo destacar a criação do Conselho de Meio Ambiente (CONAMA).

A formulação da política ambiental definiu como meta harmonizar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, resultando em orientações para a gestão ambiental. O meio ambiente passa, então, a ser reconhecido como patrimônio público a ser protegido pelo uso racional dos recursos naturais.

3.1 A Série ISO 14000

A série ISO 14000, conjunto de normas na área de gestão ambiental estabelecida pelo GATT (General Agreement for Tariffs and Trade – Acordo Geral de Tarifas e Comércio), visa padronizar procedimentos e certificar empresas em 140 países visando a redução das barreiras tarifárias.

A série foi inicialmente elaborada visando o “manejo ambiental”, que significa “o que a organização faz para minimizar os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades” (ISO, 2000).

Assim sendo, essas normas fomentam a prevenção de processos de contaminações ambientais, uma vez que orientam a organização quanto a sua estrutura, forma de operação e de levantamento, armazenamento, recuperação e disponibilização de dados e resultados (sempre atentando para as necessidades futuras e imediatas de mercado e, conseqüentemente, a satisfação do cliente), entre outras orientações, inserindo a organização no contexto ambiental.

A norma ISO 14001 estabelece as diretrizes básicas para o desenvolvimento de um sistema que gerencie a questão ambiental dentro da empresa, ou seja, um sistema de gestão ambiental e, assim:

1. Avalia as conseqüências ambientais das atividades, produtos e serviços da organização;
2. Atende a demanda da sociedade;
3. Define políticas e objetivos baseados em indicadores ambientais definidos pela organização que podem retratar necessidades desde a redução de emissões de poluentes até a utilização racional dos recursos naturais;
4. Implicam na redução de custos, na prestação de serviços e em prevenção;
5. É aplicada às atividades com potencial de efeito no meio ambiente;
6. É aplicável à organização como um todo.

Ressalta-se, contudo, que nem as normas ISO 9000 nem aquelas relativas ISO 14000 são padrões de produto. O padrão de manejo do sistema nessas famílias de normas estabelece requerimentos para direcionar a organização para o que ela deva fazer para manejar processos que influenciam a qualidade (ISO 9000) ou processos que influenciam o impacto das atividades da organização no meio ambiente (ISO 14000). A natureza do trabalho desenvolvido na empresa e as suas especificidades em termos de demandas determinam os padrões relevantes do produto que devam ser considerados no contexto das normas ISO (ISO, 2000).

A partir de 1995 passam a ser adotadas pelas empresas privadas normas da série ISO 14001 (CAVALCANTI, 2001). Especialmente as empresas exportadoras, que são fortemente pressionadas pelo mercado globalizados para adotarem o sistema de certificação ambiental, uma vez que as regras de mercado e a competitividade internacional são indutoras destes novos procedimentos.

3.3 O Sistema de Gestão Ambiental

O sistema de gestão ambiental é uma abordagem sistêmica em que a preocupação ambiental está em todos os aspectos dos negócios das organizações. A implementação de sistemas de gestão ambiental é, normalmente, um processo voluntário. Ao optar por sua implantação, porém, as companhias não estão visando apenas benefícios financeiros como economia de matéria-prima, eficiência na produção e marketing, mas também estão estimando os riscos de não gerenciar adequadamente seus aspectos ambientais.

Num mercado globalizado competitivo e de consumidores exigentes, a gestão ambiental passou a ter maior relevância, pois as empresas mais bem controladas têm seus custos reduzidos porque consomem menos matérias-primas e insumos, geram menos resíduos, reutilizam, reciclam ou vendem resíduos e gastam menos com o controle da poluição e recuperação ambiental. Ao reduzir os custos de produção, as empresas elevam sua competitividade, podendo cobrar preços menores e melhorar sua imagem. Surgem também novas oportunidades de negócios, que podem gerar emprego e renda.

4 CONFORMIDADE LEGAL E AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO INTERNACIONAL

O cenário mercadológico internacional sinaliza com veemência que existe um movimento de consumidores à procura por alimentos saudáveis e ausentes de resíduos de agroquímicos prejudiciais à saúde. Cadeias de distribuidores e grandes pontos de vendas, principalmente da Comunidade Européia, têm exigido

dos exportadores que levem em consideração o nível de resíduos de agrotóxicos, o respeito ao meio ambiente e condições de trabalho como higiene e saúde dos envolvidos na produção de alimentos.

Desta forma, os governos de todos os níveis têm reforçado o controle das atividades industriais e aumentado as penalidades por violação das leis e regulamentações ambientais. Penalidades civis e criminais novas e mais sérias são impostas à violação das leis ambientais, principalmente se a violação representa um risco à saúde ou danos de longo prazo aos recursos naturais, como qualidade do solo ou mananciais.

Os empresários passam, então, a ser obrigados a monitorar suas organizações para provar que estão em conformidade com a legislação em vigor, enquanto as agências ambientais reguladoras estão cada vez mais treinadas para identificar o descumprimento dessa legislação.

Segundo o MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, muitos são os certificados e organismos responsáveis pela anuência do produto nas relações internacionais, além de protocolos de exportação, análises fitossanitárias, pragas, doenças e até decisões diplomáticas que barram a entrada dos produtos brasileiros em alguns países. Entre tais certificados e organismos, podemos citar: USDA, HACCP e EUREPGAP, detalhados logo abaixo.

USDA é o acrônimo para *United States Department of Agriculture*, o departamento de agricultura estadunidense. O seu objetivo é desenvolver e executar políticas relacionadas à agricultura, apoiar os agricultores e pecuaristas, promover o comércio de bens agrícolas, garantir a segurança alimentar, proteger os recursos naturais, apoiar as comunidades rurais e também garantir que as necessidades do povo estadunidense sejam atendidas.

O HACCP tem como objetivo garantir a produção de alimentos seguros ao consumidor final do mercado interno e externo. O sistema consiste em um conjunto de ações, medidas e procedimentos adotados para caracterizar a padronização de carcaças, dos cortes de carne e também dos processos de produção e controle, incluindo as seguintes etapas:

A. Auditorias: Tem como objetivo avaliar o plano de HACCP e seus registros e procedimentos executados durante os processos de produção.

B. Certificação: certifica que o estabelecimento está em conformidade com normas e padrões nacional e internacional do sistema de qualidade HACCP

A EUREPGAP é um sistema de gestão de qualidade cuja finalidade é assegurar alimentos seguros e sustentáveis para seus clientes. A EUREPGAP criou normativas para os seguintes setores: frutas e vegetais, flores ornamentais, aquacultura e café.

O protocolo EUREPGAP-IFA é baseado na BPA/GAP (Boas Práticas da Agricultura), padrões globais de segurança alimentar e HACCP (Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle). Ele cobre todo o processo de produção agrícola do produto certificado, desde a entrada do animal no processo de produção ou no plantio (origem e pontos de controle das sementes) até o produto final não processado (não cobre o processamento ou abate). Os princípios do Programa EUREPGAP estão baseados nos seguintes conceitos:

- Segurança Alimentar: deriva dos princípios do HACCP (Análise de riscos e pontos críticos de controle);
- Proteção Ambiental: designado para minimizar o impacto negativo da produção agrícola no meio ambiente;
- Saúde, Segurança e Bem estar ocupacional: a normativa estabelece um nível global de critérios de saúde e segurança ocupacional nas fazendas, propiciando assim a responsabilidade social;
- Bem estar animal: a normativa estabelece um nível global de critérios de bem estar animal nas fazendas.

5 A QUALIDADE AMBIENTAL INFLUENCIANDO AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Com o passar dos anos, a questão ambiental vem ganhando destaque no comércio e os consumidores passaram a exigir dos produtores o cumprimento de novos e rígidos critérios ambientais. O atendimento de tais requisitos pode atingir a garantia que os produtos fornecidos estejam de acordo com todas as exigências dos países importadores, para obrigar os fornecedores a cumprirem critérios ambientais mínimos em seus próprios negócios e práticas de fabricação.

Assim, o termo qualidade já está incorporado à filosofia de negócios de qualquer empresa atualmente, fazendo parte das necessidades e anseios dos clientes, independente do porte da empresa e do ramo escolhido.

Atualmente, em países como os Estados Unidos e da Comunidade Européia, as organizações devem assumir compromissos ambientais e, em muitos casos, aceitar a responsabilidade pelos impactos ambientais de suas ações como uma prática comercial básica. Rapidamente, práticas comerciais mundiais evoluídas e acordos internacionais preparam-se para mudar essa situação, garantindo a empresas não envolvidas com a questão ambiental a perda de lugar no mercado.

A tabela 1 abaixo exemplifica essa situação, em que a exportação de produtos brasileiros é prejudicada pelas barreiras sanitárias impostas por outros países.

Tabela 1 – Barreiras Sanitárias impostas às exportações brasileiras

Gênero	Destino das Exportações	Barreira Sanitária
Frutas Tropicais	Japão	Proibição de importação sob alegação de incidência de mosca da fruta mediterrânea, mariposa Codling e outras pragas.
Vegetais	Japão	Exigência de inspeção fitossanitária in loco; Falta de transparência no que se refere às exigências em matéria de fumigação.
Carne de frango e bovina	Japão	Alegada contaminação por resíduos de nicarbazina na carne de frango. Para a carne bovina, constatação de febre aftosa em alguns pontos do Brasil.
Carne suína fresca	União Européia	Ocorrência de febre suína clássica.
Carne bovina com osso, bovinos vivos e sêmen de bovinos	União Européia	Ocorrência de febre aftosa.
Carne bovina in natura ou congelada	EUA	Alegação de contaminação de febre aftosa.
Carne de aves in natura, bem como os produtos à base de carne de ave não cozidos	EUA	Alegação de contaminação pela doença de New Castle.

Fonte: SECEX, 2001

Conforme análise da tabela 1, nota-se a elevada série de padrões e exigências internacionais que as empresas exportadoras devem cumprir para permanecer ou ter acesso a novos mercados. Desta forma, empresas de diferentes países têm que atuar sob as mesmas normas que suas correspondentes nos Estados Unidos, União Européia e Japão. E assim, para poder vender seus produtos a esses mercados, terão que demonstrar que seguem as práticas ambientais internacionais aceitas.

Fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos mercados, garantindo o

reconhecimento e melhores condições de competir no mercado, além de contribuir substancialmente para o futuro do país.

A tabela 2 abaixo mostra a influência de investimentos em qualidade ambiental na promoção do produto no exterior, que passa a obter uma posição de maior destaque na pauta de exportação no estado ao ser desenvolvido levando-se em consideração os requisitos ambientais.

Tabela 2 – Produtos desenvolvidos de forma sustentável que se destacam na pauta de exportação do país

Produto	UF	Posição no ranking de exportação do estado	Diferencial Ambiental
Melão	RN	5º	Investimento na atualização do seu padrão tecnológico visando a redução e/ou substituição de recursos de entrada e a reutilização de resíduos (pela própria empresa ou por terceiros).
Mamão	RN	8º	As Boas Práticas Agrícolas e as Análises de Monitoramento garantem índices de resíduos químicos inferiores ao Limite Máximo de Resíduos, garantindo a qualidade do alimento e o sucesso das exportações.
Mel natural	PI	8º	Investimento na questão da qualidade, cujo controle passou a ser realizado pelo Laboratório de Controle da Qualidade de Produtos Apícolas, da Embrapa.

Fonte: MDIC (2006)

A tabela 2 demonstra também o retorno que tal investimento traz à empresa, à sociedades e ao meio ambiente. O negócio baseado em princípios socialmente responsáveis não só cumpre suas obrigações legais como vai além. Tem por premissa relações éticas e transparentes, e assim ganha condições de manter o melhor relacionamento com parceiros e fornecedores, clientes e funcionários, governo e sociedade.

6 A QUESTÃO AMBIENTAL COMO REALIDADE DAS EMPRESAS NORTE-RIOGRANDENSES

Os sujeitos da pesquisa foram empresas que comercializam no mercado internacional frutas de destaque na balança comercial do RN sob todos os parâmetros da qualidade ambiental. Os dados coletados referem-se a entrevistas realizadas junto a 02 (duas) empresas de destaque no cenário econômico exportador do estado com ajuda de um questionário.

6.1 Estudo de Caso de uma Empresa Exportadora de Mamão

Desde 2003 a empresa possui um volume de exportação considerável e, atualmente, exporta com regularidade para Estados Unidos, Canadá e todos os países europeus, contando com *tradings* na Europa e Estados Unidos para a comercialização e distribuição de seus produtos. Sua produção, entretanto, não se destina apenas ao mercado internacional, mas também ao mercado interno, através da distribuição em redes de supermercados.

Atualmente, visando a expansão de seu mercado, divulga o mamão no mercado internacional e busca atender às exigências dos consumidores no tocante à qualidade do produto. Por este motivo, foi desenvolvido um nicho de mercado para o mamão de qualidade, nos mercados Europeu e Americano. A

nova unidade da empresa utiliza em seus equipamentos a mais avançada tecnologia mundial de processamento de frutas.

A empresa é uma das poucas que possuem licença para exportar para o mercado americano. Entre os certificados de qualidade ambiental possuído pela empresa e que representam a responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da região, podemos citar a EurepGAP, definida pela comunidade europeia.

Segundo dados obtidos através de questionário respondido por funcionários da empresa, dentre os países para onde a empresa exporta, a Inglaterra é o mais exigente quanto à questão ambiental, muito além do que prevê a legislação brasileira. O país considera em sua avaliação impactos sobre a água, solo e ar, decorrentes da exploração agrícola.

Em conformidade às exigências externas, os principais procedimentos de avaliação do produto utilizados pela empresa são procedimentos internos de avaliação e classificação do produto. A empresa também possui um Sistema de Gestão da Qualidade, assim como o Sistema de Gestão Integrado, que se baseia nas normas ISO 9001 e 14001 (normas das séries ISO 9000 e ISO 14000), visando a qualidade para o cliente e a minimização de impactos ambientais, e o Selo do IBD (Instituto BioDinâmico), que atesta o compromisso com um produto orgânico de qualidade. A certificação em APPCC / HACCP - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, garante também a segurança alimentar dos produtos.

A empresa trata a questão ambiental como tema importante em sua estrutura organizacional e a inclui no planejamento estratégico, produzindo estudos de impactos ambientais e focando sua ação preventiva nos processos que oferecem dano potencial à saúde e risco à segurança de seus empregados. Através de estudos, conhece e desenvolve ações para prevenir os principais impactos causados por seus processos e produtos ou serviços e realiza regularmente atividades de controle e monitoramento, procurando reduzir o consumo de energia, água, produtos tóxicos e matérias-primas, e implantar processos de destinação adequada de resíduos. A empresa também tem investido na atualização do seu padrão tecnológico visando a redução e/ou substituição de recursos de entrada e a reutilização de resíduos (pela própria empresa ou por terceiros).

Assim, através da busca pela melhoria contínua da qualidade de produtos e processos, a empresa atua dentro dos limites legais para a melhoria do meio ambiente e qualidade de vida do ser humano, através da redução de emissão de poluentes. Em 2006, graças a investimentos na qualidade do produto, as exportações de mamão cresceram de 20% a 25%, com a entrada, em 2007, no mercado norte-americano, cujo potencial de consumo é de aproximadamente 70 mil toneladas/ano.

Localizada em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, a empresa atende aos mercados Americano e Europeu sem maiores custos logísticos graças à privilegiada localização geográfica. A Organização fornece todo o conhecimento necessário para a produção do mamão papaya, além de oferecer a estrutura física necessária para atender à crescente demanda do mercado externo e interno.

A empresa possui um programa social caracterizado por uma parceria com os trabalhadores sem terra da região, garantindo às famílias renda e melhoria da qualidade de vida. A empresa trabalha divulgando a produção dos novos empresários visando garantir a compra das frutas produzidas pelos trabalhadores, mostrando iniciativa social e promovendo, assim, o desenvolvimento da região.

Assim, de acordo com os dados fornecidos, pode-se concluir que, na empresa, investimentos na questão ambiental garantiram o reconhecimento através de Certificações Ambientais, assim como também mais espaço no cenário internacional a partir da entrada em mercados como os Estados Unidos, bastante exigentes quanto à questão ambiental.

6.2 Estudo de Caso de uma Empresa Exportadora de Melancia e Melão

Fundada em 1995, a empresa é de capital nacional e situa-se na divisa dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. A empresa possui uma produção diversificada, contando com 1.200 colaboradores nos períodos de safra e, em pouco mais de uma década, consolidou seu nome no agronegócio graças a investimentos em novas tecnologias, pesquisa constante e respeito ao meio ambiente.

Visando intensificar a qualidade de produto e atender às exigências externas, são realizados procedimentos que vão desde a qualidade da produção no campo até a embalagem do produto final. Para uma melhor avaliação das frutas, é realizada também uma análise de peso, aparência, sabor e quantidade de açúcar. Somado a essas ações, a empresa procura diversificar também a variedades, melhorar a logística e o resfriamento das frutas.

Segundo dados obtidos através de questionário respondido por seus funcionários, a empresa cumpre os parâmetros e requisitos pela legislação nacional, desenvolvendo programas internos de melhoramento ambiental, prioriza políticas preventivas e possui área ou comitê responsável pelo meio ambiente, desenvolvendo ações de educação e treinamento de empregados sobre a temática ambiental, assim como atividades de educação ambiental focadas no público interno, disponibilizando informações e promovendo discussões.

Possui também sistema de gestão ambiental incluindo identificação de riscos, plano de ação, alocação de recursos e treinamento de empregados, desenvolvendo parcerias com fornecedores em busca da melhoria de seus processos de gestão ambiental. Participa da destinação final do produto e processos pós-consumo e tem procurado reduzir o consumo de energia, água, produtos tóxicos e matérias-primas, e implantar processos de destinação adequada de resíduos, além de investir na atualização do seu padrão tecnológico visando a redução e/ou substituição de recursos de entrada e a reutilização de resíduos (pela própria empresa ou por terceiros).

Localizada no semi-árido do Nordeste do Brasil, um quarto de sua área destina-se exclusivamente ao cultivo de diferentes variedades de melões e melancias. A localização privilegiada permite proximidade com os principais centros consumidores do mundo, diminuindo assim, os custos logísticos e garantindo mais competitividade à empresa.

Segundo dados da empresa, na safra de 2003/2004 foram exportadas 32 mil toneladas de fruta, concentrando-se principalmente nos mercados inglês, holandês, belga e alemão. A empresa busca constantemente ampliar seus mercados e, na safra atual, além dos mercados já abastecidos, as exportações estão sendo expandidas para a Suécia, Itália, Estados Unidos e Tailândia.

Sua capacidade anual de produção é de 1.300 mil e trezentos hectares por ano, entre melão e melancia. A empresa gera em torno de 1.500 empregos diretos, gerando renda para o estado e contribuindo de forma significativa para o maior aproveitamento possível da diversidade fruticultora do estado e para a promoção do Rio Grande do Norte no exterior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da disseminação das informações sobre os novos custos que o descaso com esses pontos provoca, não haverá investidor que admita realizar empreendimentos que desconsiderem a sustentabilidade como elemento estrutural de todo o processo.

Através do conteúdo exposto anteriormente, depreende-se que seria aconselhável para as organizações buscar seguir as indicações proferidas pelos Órgãos responsáveis pelos selos internacionais. Assim, além de se implementar um procedimento sustentável, ganharia-se maior competitividade no cenário internacional, conforme foi constatado nos estudos de caso nos quais empresas exportadoras obtiveram maior competitividade no cenário internacional e maior volume de exportações a partir do início de uma produção sustentável.

Para se justificarem, as ações empreendedoras deverão levar em conta não só a oportunidade empresarial em si, mas também se ela se sustentará a médio e longo prazos sob os pontos de vista ambiental, econômico e social. Assim, há uma necessidade de aperfeiçoamento do modelo de gestão dos produtos exportados, priorizando-se estratégias que agreguem valor com vistas a produção de uma mercadoria sustentável que garantirá, graças a esse diferencial, maior credibilidade nas negociações internacionais frente ao comércio mundial.

Para que o desenvolvimento sustentável esteja presente no âmbito empresarial, torna-se necessário a integração da esfera econômica, social e ambiental em qualquer processo de tomada de decisões, tanto a

curto quanto a longo prazo. Entretanto, as empresas do estado sofrem diversas dificuldades no tocante a esse assunto.

Para elas, as dificuldades de se implementar o desenvolvimento sustentável no ambiente empresarial consiste no fato de que praticamente não há apoio do setor público para o desenvolvimento sustentável, apenas (má) fiscalização. Falta também orientação e incentivos não apenas para cumprir com a legislação, mas também para realizar ações que vão além do previsto na lei, e que realmente levem ao desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**/ Clóvis Cavalcanti, organizador – 4 ed. – São Paulo: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

EMBRAPA. Disponível em www.embrapa.br. Acesso em 08 jul 2007.

IBPS. Instituto Brasileiro de Produção Sustentável e Direito Ambiental. Disponível em: www.ibps.com.br. Acesso em 02 ago 2007.

MAPA. Ministério da Agricultura e Abastecimento. Disponível em www.agricultura.gov.br. Acesso em 05 set 2007.

Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas/ Clóvis Cavalcanti (Org) – 3ª ed. – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

SEBRAE. Curso básico de Gestão Ambiental. – Brasília: SEBRAE, 2004.